

6 A 8 DE NOVEMBRO DE 2023



8º CONGRESSO
BRASILEIRO DO
CIMENTO

Realização



Atribuições Regulatórias da ANA – Norma de Referência Nº 1/ANA/2021

- Contexto: Lei, serviços e diagnóstico;
- Resolução ANA Nº 079/2021 – NR 1;
- Próximas Normas.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Lei N° 14.026/2020

Lei nº 14.026, 15 de julho de 2020 – “Novo” Marco legal do Saneamento

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, ... , a Lei nº 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305/2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos ...

- **Lei nº 9.984/2000** - Lei de criação da ANA
- **Lei nº 11.445/2007** - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico
- **Lei nº 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 4º-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Serviços

Lei nº 11.445, de 2007.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - **saneamento básico**: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

...

c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e

...

São dois serviços públicos de Saneamento Básico:

Serviço Público de Limpeza Urbana (SLU); e

Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU).

Limpeza Urbana (SLU)

- Objetiva o asseio dos espaços públicos urbanos, compreendendo, dentre outras, as atividades de:
 - i. varrição;
 - ii. capina/raspagem;
 - iii. roçada;
 - vi. poda;
 - v. asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;
 - vi. desobstrução e limpeza de bueiros;
 - vii. feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público; e
 - viii. outros eventuais serviços, “como pintura de meio-fio”.
- O SLU é um serviço prestado à coletividade. É indivisível - não é possível determinar a parcela que cada usuário usufrui, portanto **não é possível a realização da cobrança** pela prestação a um usuário específico.



SMRSU

Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU)

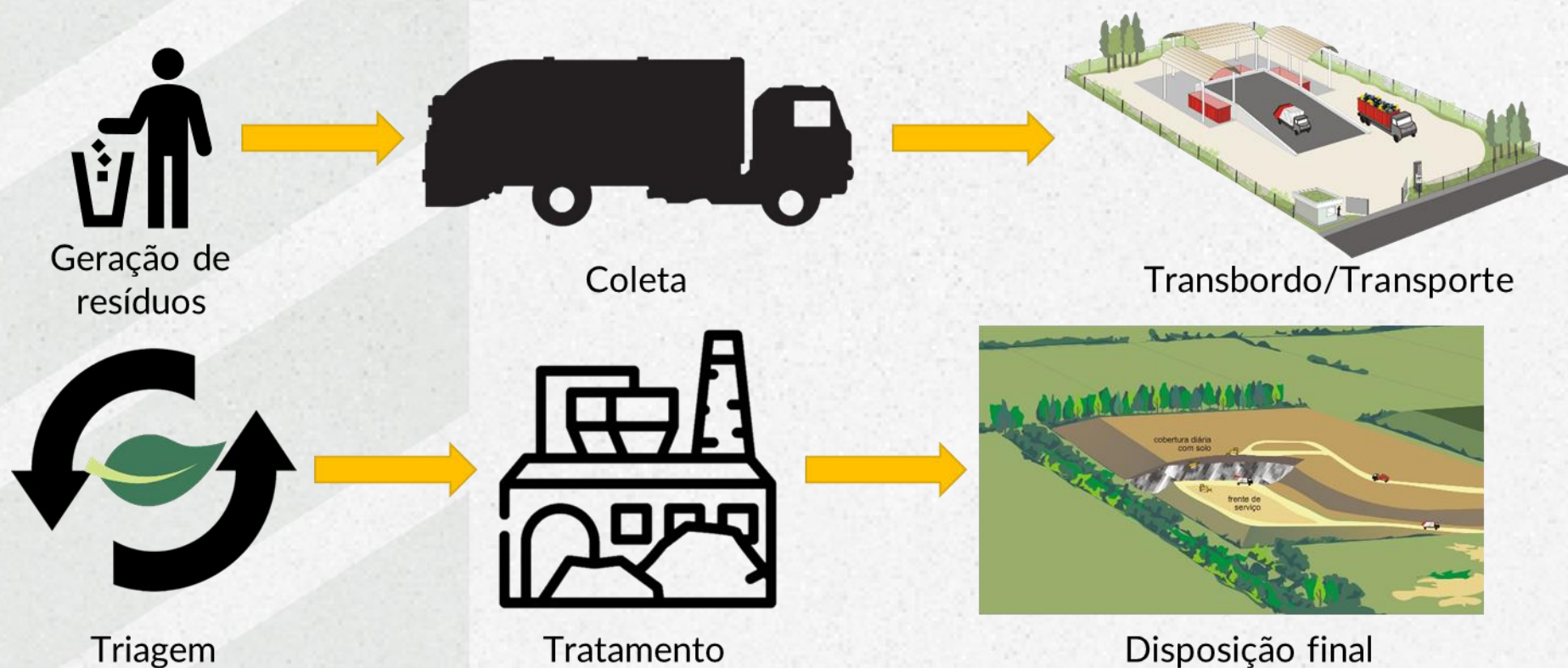
- É o conjunto de atividades exercidas, direta ou indiretamente, para manejar os resíduos sólidos urbanos (RSU), por meio das etapas de:
 - i. coleta;
 - ii. Transbordo;
 - iii. transporte;
 - iv. triagem, para fins de reutilização ou reciclagem;
 - v. tratamento;
 - vi. destinação final;

São considerados resíduos do SMRSU (Art. 3-C da Lei N° 11.445, de 2007):

- i. resíduos domésticos;
- ii. resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, equiparados a resíduos domésticos; e
- iii. resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana.

SMRSU

- Etapa do serviço público divisível, isto é, passível a mensuração da utilização pelos usuários, dessa forma é **possível a realização da cobrança**.



Diagnóstico do SMRSU

Amostra

Dados Brasil



5.570 municípios



213,3 milhões de habitantes

Amostra SNIS

4.900 municípios **88,0 %**

95,5 %



População total

Cobrança

Municípios com cobrança

2.062 ➡ 42,1%

Custos cobertos pela cobrança

55,0%

Despesas Totais



R\$26,63 bilhões

R\$147,44/hab.ano

* SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

Fonte: SNIS* 2022

Diagnóstico do SMRSU

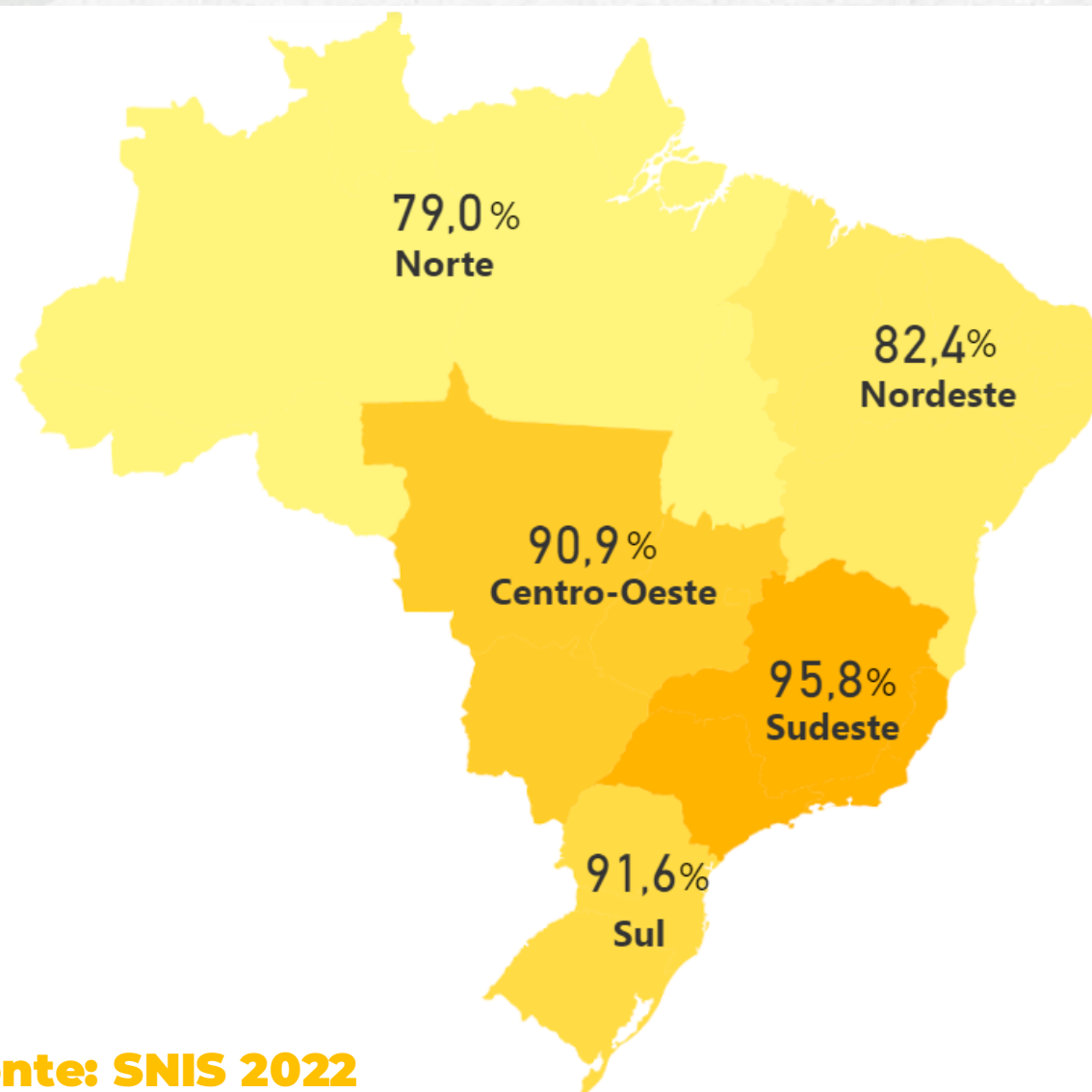
Cobertura do serviço de coleta domiciliar

População total
atendida com coleta
domiciliar



191,3 Mi

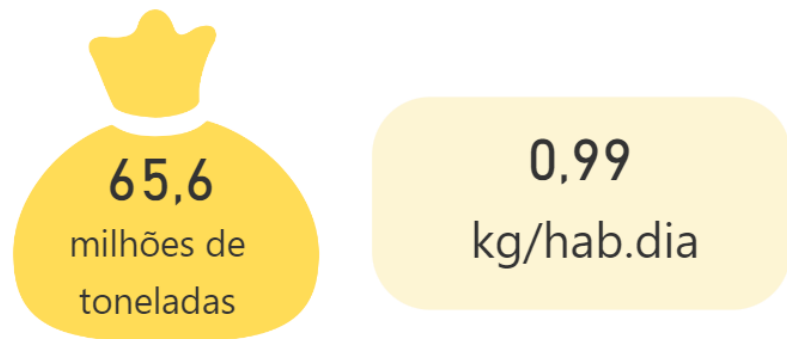
Média
total
89,9 %



Fonte: SNIS 2022

Diagnóstico do SMRSU

Massa coletada estimada de RSU*



Coleta seletiva

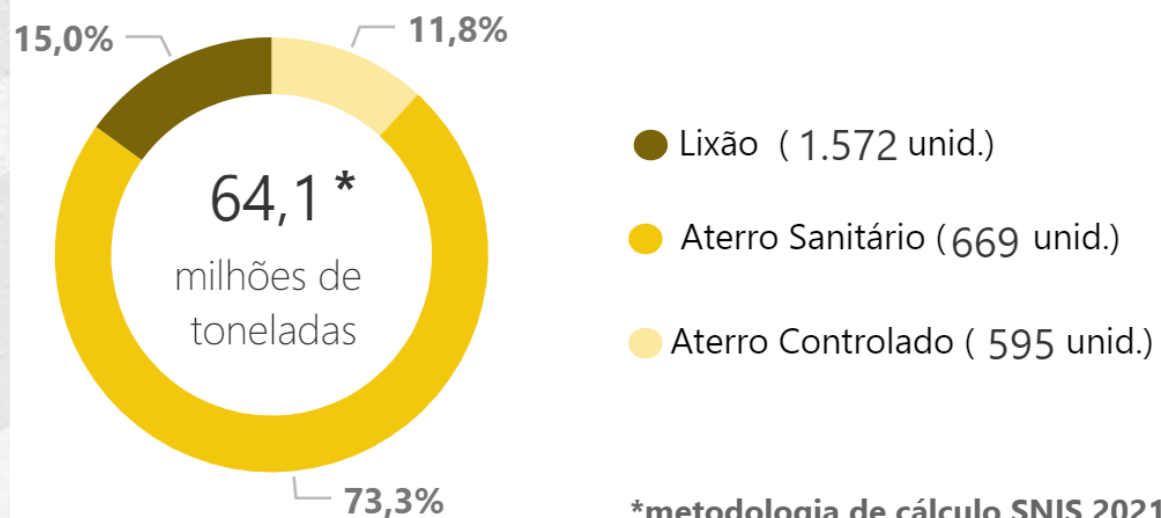


32,0 % dos municípios
com coleta seletiva

39,1 Mil Catadores
Envolvidos

*RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

Estimativa da Disposição Final no solo



*metodologia de cálculo SNIS 2021

Fonte: SNIS 2022

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021

Aprovou a **NORMA DE REFERÊNCIA N° 1/ANA/2021 (NR 1)**, que *dispõe sobre o **regime**, a **estrutura** e **parâmetros** de **cobrança** pela prestação do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.*

(* A norma **não abrange** a cobrança pela prestação do **serviço público de limpeza urbana** - serviço indivisível.)

<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/regulacao-e-fiscalizacao/normativos-e-resolucoes/resolucoes>

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU)

- O serviço público compreendendo as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, englobando os:
 - I) resíduos domésticos;
 - II) resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos, que, por decisão do TITULAR, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta; e
 - III) resíduos originários do SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA URBANA (SLU).

Usuário

- Pessoa física ou jurídica geradora efetiva ou potencial de resíduos sólidos urbanos, bem como o Distrito Federal ou o Município, como gerador de resíduos originários do SLU.

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Instrumento de cobrança

- O INSTRUMENTO DE COBRANÇA para o **SMRSU** pode ser TARIFA ou a TAXA;
- O valor arrecadado deverá atingir a RECEITA REQUERIDA -> **SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**;
- Cobrança tanto pela disponibilidade quanto pelo uso efetivo do serviço;
- USUÁRIOS para os quais os serviços não são disponibilizados não estão sujeitos à cobrança.

Documento de arrecadação

- Fatura específica de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Cofaturamento com o serviço de abastecimento de água;
- Cofaturamento com outros serviços públicos; e
- Cobrança junto ao carnê ou guia do IPTU.

Parâmetros de Cobrança

- Características dos lotes e as áreas (área construída);
- Peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio;
- Consumo de água; e,
- Frequência da coleta.

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Estrutura de Cobrança

- Matriz com os valores a serem cobrados por categoria de USUÁRIOS, e eventuais subcategorias, de modo a ratear a RECEITA REQUERIDA do SMRSU;
- Cobrança social:
“Deve ser prevista cobrança social para os usuário de BAIXA RENDA, por meio de subsídios tarifários ou fiscais.”

Sustentabilidade Econômico-Financeira

- Deve ser assegurada por meio da cobrança;
- Deverão ser adequados e suficientes para assegurar a Sustentabilidade Econômico-Financeira:
 - i) Regime de cobrança (Taxa ou Tarifa)
 - ii) Estrutura de cobrança (Matriz de Usuários)
 - iii) Parâmetros de cobrança (Área construída, consumo de água)
- É necessária a apuração de todos os custos do SMRSU, determinando-se a RECEITA REQUERIDA;

Manual e curso da NR N° 1/ANA/2021

Manual Orientativo

- **Endereço de acesso:** <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/manual-orientativo-sobre-a-norma-de-referencia-no-1.pdf>

Curso da ENAP – Implementação da Cobrança

- **Endereço de acesso:** <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/896/>



Cobrança pela Prestação do Serviço Público de manejo de RSU

Este curso aborda o conteúdo do Manual Orientativo Sobre a Norma de Referência N° 1/ANA/2021, que dispõe sobre as regras de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.



Regulação e normas de referências

Agenda Regulatória da ANA (2023-2024)

- NR das condições gerais da prestação dos SLU e SMRSU – previsão de publicação: **nov/dez - 2023**; e
- NR de indicadores e padrões de qualidade para a prestação dos SLU e SMRSU – 2024.

Temas que poderão compor outras agendas

- Metas de universalização dos SMRSU e SLU;
- Regulação tarifária do SMRSU; e
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços.

Coordenação de Regulação de Resíduos Sólidos

Paulo Henrique Monteiro Daroz - Coordenador

Contato:

cores@ana.gov.br



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Obrigado!
até a próxima.